

CSA - CÂMARA DE CIÊNCIAS APLICADAS (PÔSTER)

NOME: CASSIO DA SILVA GONÇALVES

TÍTULO: A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E SEU IMPACTO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PRIORITÁRIAS DO SUS EM ITUIUTABA/MG

AUTORES: FAUSTO AMADOR ALVES NETO, CASSIO DA SILVA GONÇALVES, FAUSTO AMADOR ALVES NETO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAPq

PALAVRA CHAVE: DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIREITO À SAÚDE, JUDICIALIZAÇÃO.

RESUMO

O legislador constituinte, ao redigir o texto constitucional, estabeleceu, de maneira taxativa, que Estado Democrático seria destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais, individuais e a igualdade como valores supremos de uma sociedade. Desse modo, o Estado assumiu o dever de prestar obrigações positivas, ou seja, criar meios de efetivação de direitos. Dentre estes, destaca-se o direito à saúde, sendo que quando os Entes Federados deixam de subsidia-lo, tem-se buscado na chamada "judicialização", um meio de assegurar sua efetivação. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo investigar e avaliar a eficácia das demandas judiciais em saúde em Ituiutaba não apenas para os próprios demandantes, mas para o sistema de saúde pública como um todo, particularmente considerando a prioridade da atenção básica e da promoção à saúde e as informações acerca do seu custo-eficiência. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com abordagem quanti-qualitativa. A pesquisa bibliográfica, já finalizada, foi pautada nos debates ligados aos direitos fundamentais, dando-se ênfase no direito social à saúde e a sua aplicabilidade. Quanto à pesquisa documental, estão sendo levantados junto ao Ministério Público e Defensoria Pública dados e informações acerca das demandas judiciais, de forma que facilitarão, em sequência, a execução da pesquisa de campo pautada em análise de processos que envolvam a temática. Salienta que os investigadores têm encontrado dificuldade para ter acesso a documentos da Prefeitura Municipal, que demonstrem quantitativo de custos, já que exigem exacerbadas formalidades para fornecer os dados solicitados. Observou-se no estudo até o momento, que a discussão sobre a temática é de suma importância, vez que a interferência do Poder Judiciário no âmbito do Executivo, destaca o embate entre a tão defendida dignidade humana e os orçamentos públicos de efetivação de políticas públicas.